

Grupo Estado

**Demonstrações financeiras combinadas em
31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo Estado

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da S.A. "O Estado de S. Paulo" e suas controladas, da Agência Estado S.A. e da OESP Empreendimentos S.A. ("Grupo Estado") que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Grupo Estado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Estado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Grupo Estado. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.



Grupo Estado

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo Estado em 31 de dezembro de 2014, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas 1 e 2.2 às demonstrações financeiras combinadas, que descrevem que os negócios incluídos nas demonstrações financeiras combinadas operam sob controle comum, porém sem a presença de uma controladora comum.

São Paulo, 30 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Grupo Estado

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	76.613	83.276	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	3.392	2.942
Contas a receber (Nota 8)	54.678	71.131	Debêntures (Nota 16)	34.311	46.847
Estoques (Nota 9)	9.312	13.084	Arrendamento mercantil	453	1.539
Impostos a recuperar (Nota 10)	8.976	7.146	Fornecedores nacionais	37.886	39.439
Despesas e comissões antecipadas	3.940	1.323	Fornecedores estrangeiros	9.357	10.876
Outras contas a receber	2.537	2.657	Salários e encargos sociais	30.969	31.201
Ativo mantido para venda	4.100	4.100	Contas a pagar e outros	5.824	6.331
	<u>160.156</u>	<u>182.717</u>	Dividendos a pagar (Nota 21)	2.773	3.835
			Participação dos funcionários	3.142	6.230
Não circulante			Adiantamentos de clientes (Nota 20)	37.529	52.767
Depósitos judiciais (Nota 19)	71.050	64.441	Obrigações pós-emprego (Nota 22)	3.499	5.025
Impostos a recuperar (Nota 10)	1.607	1.607	Programa de parcelamento fiscal (Nota 17)	693	6.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	30.146	71.847	Imposto de renda e contribuição social a pagar	5.117	5.367
	<u>102.803</u>	<u>137.895</u>	Provisão para contingências (Nota 19)	6.910	2.050
				<u>181.855</u>	<u>220.906</u>
Propriedade para investimentos (Nota 12)	6.664	6.672	Não circulante		
Investimentos	193	44	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	29.579	11.439
Imobilizado (Nota 13)	71.926	78.468	Debêntures (Nota 16)	56.171	42.273
Intangível (Nota 14)	39.056	36.300	Arrendamento mercantil		474
	<u>220.642</u>	<u>259.379</u>	Provisão para contingências (Nota 19)	10.070	13.878
			Programa de parcelamento fiscal (Nota 17)	3.534	63.418
			Obrigações pós-emprego (Nota 22)	20.363	24.244
			Outras provisões e obrigações	4.775	2.306
				<u>124.492</u>	<u>158.032</u>
			Total do passivo	<u>306.347</u>	<u>378.938</u>
			Patrimônio líquido (Nota 21)		
			Capital social	49.169	30.080
			Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 22)	(326)	(2.695)
			Reservas de lucros	25.608	35.773
				<u>74.451</u>	<u>63.158</u>
Total do ativo	<u>380.798</u>	<u>442.096</u>	Total do patrimônio líquido	<u>74.451</u>	<u>63.158</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido	<u>380.798</u>	<u>442.096</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Estado

Demonstração do resultado combinada Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida (Nota 23)	601.559	656.941
Custo das vendas (Nota 24)	<u>(297.627)</u>	<u>(304.792)</u>
Lucro bruto	303.932	352.149
Despesas com vendas (Nota 24)	(212.428)	(233.735)
Despesas administrativas (Nota 24)	(58.478)	(85.921)
Outras receitas líquidas (Nota 24)	<u>406</u>	<u>8.554</u>
Lucro operacional	33.432	41.047
Receitas financeiras	9.239	10.291
Despesas financeiras	(20.019)	(20.873)
Variações monetárias e cambiais	<u>(5.139)</u>	<u>(4.234)</u>
Resultado financeiro (Nota 25)	<u>(15.919)</u>	<u>(14.816)</u>
Participação nos resultados de <i>joint venture</i>	<u>(581)</u>	<u>(904)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.932	25.327
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	<u>(5.345)</u>	<u>(8.358)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>11.587</u>	<u>16.969</u>
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	11.587	17.022
Participação dos não controladores	<u> </u>	<u>(53)</u>
	<u>11.587</u>	<u>16.969</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Estado

Demonstração do resultado abrangente combinada Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	<u>11.587</u>	<u>16.969</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 22)	<u>2.369</u>	<u>1.658</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>13.956</u></u>	<u><u>18.627</u></u>
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	13.956	18.680
Participação dos não controladores	<u> </u>	<u>(53)</u>
	<u><u>13.956</u></u>	<u><u>18.627</u></u>

Os itens da demonstração de resultado abrangente estão apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 22.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Estado

Demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						
	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Total				
Em 31 de dezembro de 2012	30.080	6.016	23.122	(4.353)	54.865	2.280	57.145
Lucro líquido do exercício					17.022	(53)	16.969
Aquisição de quotas de sociedade sob controle comum					(6.311)		(6.311)
Outras movimentações de não controladores						(2.227)	(2.227)
Dividendos propostos (Nota 21)					(4.076)		(4.076)
Ganhos/(perdas) atuariais (Nota 22)				1.658	1.658		1.658
Retenção de lucros			6.635		(6.635)		
Em 31 de dezembro de 2013	30.080	6.016	29.757	(2.695)	63.158		63.158
Lucro líquido do exercício					11.587		11.587
Reestruturação societária	89				88	177	177
Aumento de capital (Nota 21)	19.000		(19.000)				
Dividendos propostos (Nota 21)					(2.840)		(2.840)
Ganhos/(perdas) atuariais (Nota 22)				2.369	2.369		2.369
Reversão de reserva (Nota 21)		(516)	516				
Retenção de lucros (Nota 21)			8.835		(8.835)		
Em 31 de dezembro de 2014	<u>49.169</u>	<u>5.500</u>	<u>20.108</u>	<u>(326)</u>	<u>74.451</u>		<u>74.451</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Estado

Demonstração combinada dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>16.932</u>	<u>25.327</u>
Ajustes		
Depreciações e amortizações (Notas 13 e 14)	24.910	22.795
Juros e variações monetárias de empréstimos, debêntures e arrendamentos	13.720	15.283
Variações monetárias de contingências	1.142	(840)
Variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	3.540	4.838
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	1.964	105
Receitas de permutas	(13.401)	(18.119)
Despesas de permutas	17.270	21.984
Valor residual do ativo imobilizado baixado (Notas 13 e 14)	186	695
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	581	904
Provisão para contingências	3.123	2.435
Outras obrigações (Nota 22)	<u>3.167</u>	<u>2.873</u>
	56.202	52.953
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	27.890	48.138
Estoques	3.772	(3.210)
Impostos a recuperar	(1.830)	13.198
Despesas e comissões antecipadas	(2.617)	9.331
Outras contas a receber	120	386
Partes relacionadas		1.120
Depósitos judiciais	(6.609)	(1.066)
Fornecedores	(20.342)	(32.373)
Salários e encargos sociais	(3.320)	2.446
Adiantamentos de clientes	(15.238)	(12.794)
Contingências	(3.454)	(5.370)
Outras contas a pagar	<u>(3.485)</u>	<u>(13.281)</u>
	<u>(25.113)</u>	<u>6.525</u>
Caixa gerado nas operações	48.021	84.805
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(9.971)</u>	<u>(14.537)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>38.050</u>	<u>70.268</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido		10.481
Caixa proveniente da venda de investimentos		30.000
Integralização de capital em controladas em conjunto	(92)	(161)
Aquisições de imobilizado e de intangível (Notas 13 e 14)	<u>(21.358)</u>	<u>(21.178)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(21.450)</u>	<u>19.142</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos, debêntures e arrendamentos	20.371	
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamentos	(15.699)	(73.889)
Programa de parcelamento fiscal	(24.100)	(9.306)
Dividendos pagos	<u>(3.835)</u>	<u>(10.077)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(23.263)</u>	<u>(93.272)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(6.663)	(3.862)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>83.276</u>	<u>87.138</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>76.613</u></u>	<u><u>83.276</u></u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Grupo Estado (“Grupo”) contempla participações em empresas que estão sob o controle comum da família Mesquita, não necessariamente sob a mesma estrutura societária.

O Grupo atua em diversos canais de difusão jornalística, multimídias e na prestação de serviços de informações.

As seguintes empresas integram o Grupo Estado:

(a) S.A. “O Estado de S. Paulo” e suas controladas:

A S.A. “O Estado de S. Paulo” foi fundada em 1875, tendo como atividade principal a publicação, a edição e a impressão do jornal “O Estado de S. Paulo”, bem como o *site* estadao.com.br.

A OESP Mídia S.A. (“OESP Mídia”), constituída em 1989, atualmente tem como atividades a edição musical, a comercialização de discos fonográficos e a arrecadação de direitos autorais.

A OESP Digital S.A. (“OESP Digital”), constituída em 2013, com sede em Barueri, tem como principal atividade a prestação de serviços de publicidade, criação de sites, material audiovisual, filmes e comercialização de serviços de terceiros em meio eletrônico. Em 2014, a empresa recebeu parte do acervo líquido da OESP Mídia.

A Rádio Eldorado Ltda. (“Rádio”), com sede em São Paulo, foi fundada em 30 de abril de 1949, tendo como objeto social a execução de serviços de radiodifusão em geral, sons e imagens (televisão).

A Eldorado Sistema de TV, constituída em 2002, tem como atividade principal a prestação de serviços de televisão aberta.

(b) Outras empresas sob controle comum:

A Agência Estado S.A. (“Agência”), com sede em São Paulo, foi fundada em 1970, e tem como atividade principal a produção e distribuição de informações para empresários, executivos, instituições financeiras e governamentais, veículos de comunicação, investidores pessoas físicas e profissionais liberais. Em Dezembro de 2014 o controle acionário desta empresa passou para a família Mesquita.

A OESP Empreendimentos e Participações S.A. (“OESP Empreendimentos”), constituída em 2014 tem como principal atividade a administração, venda, compra e locação de bens próprios. Em 2014, OESP Empreendimentos e Participações S.A. recebeu ativos da S.A. “O Estado de S. Paulo”.

(c) Empresa sob controle compartilhado:

A São Paulo Distribuição e Logística Ltda. (“SPDL”) tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional.

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa Agência Estado S.A. era controlada da S.A. “O Estado de S. Paulo”. Por esse motivo, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins comparativos, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da S.A. “O Estado de S. Paulo”.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão dessas demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras combinadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

Demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras combinadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2 Combinação

(a) Demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas para as entidades descritas a seguir, que estão sob controle comum, mas sem a existência de uma entidade controladora. Essas entidades operam sob uma administração comum, compartilhando as mesmas estruturas financeiras, administrativas e de controles. Essas demonstrações combinadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras individuais das empresas nas mesmas datas-base e, quando aplicável, com os necessários ajustes para adequação e consistência das práticas contábeis.

No processo de combinação, foram eliminados os investimentos e a parcela correspondente ao patrimônio líquido, bem como os saldos das contas e os resultados das transações intercompanhias não realizadas até a data do balanço.

As demonstrações foram combinadas para fins de comparabilidade dos saldos uma vez que a Agência em 2013 era uma controlada da S.A. “O Estado de S. Paulo” e, em 2014, seu controle acionário foi transferido para a família Mesquita. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras combinadas são controladas pelo mesmo grupo de acionistas, e administrada pelos mesmos gestores. Esta demonstração contempla as entidades individuais relacionadas abaixo e o resultado combinado não é base para distribuição de dividendos.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Empresa</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>
S.A. "O Estado de S.Paulo"	301.359	247.470	53.889	9.419	(233)
Agência Estado S.A.	65.903	49.852	16.051	21.862	(76)
OESP Digital S.A.	11.861	4.227	7.634	(2.917)	
OESP Mídia S.A.	48.084	19.434	28.650	30.185	
Rádio Eldorado Ltda.	16.657	15.171	1.486	2.358	(6)
Eldorado Sistema de Televisão Ltda.	102		102	4	
OESP Empreend. e Participações S.A	6.640	257	6.383	(257)	
OESP Participações S.A. *				31.667	
Ajustes de eliminações, práticas contábeis e resultados não realizados	(69.808)	(30.064)	(39.744)	(80.734)	2.684
Demonstrações financeiras combinadas	<u>380.798</u>	<u>306.347</u>	<u>74.451</u>	<u>11.587</u>	<u>2.369</u>

(*) Incorporada pela OESP Mídia em dezembro de 2014.

(i) Controladas em conjunto (*joint venture*)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre suas atividades econômicas e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas às atividades exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em *joint venture* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Empresas incluídas as demonstrações financeiras combinadas

As empresas incluídas nessa demonstração financeira estão demonstradas a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Domicílio</u>	<u>Participação do combinado - % (direta e indireta)</u>
S.A. "O Estado de S.Paulo"	Publicação e edição de jornais	Brasil	100
Agência Estado S.A.	Fornecimento de conteúdo	Brasil	100
OESP Digital S.A.	Publicidade e Internet	Brasil	100
OESP Mídia S.A.	Direitos autorais	Brasil	100
Rádio Eldorado Ltda.	Serviços de radiodifusão, sons e imagens	Brasil	100
Eldorado Sistema de Televisão Ltda.	Televisão	Brasil	100
OESP Empreend. e Participações S.A	Gestão de imóveis	Brasil	100
São Paulo Distribuição Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50(i)

(i) Contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- . dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- . uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- . o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- . torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas, serviços de internet e fornecimento de informações financeiras e econômicas no decurso normal das atividades das empresas do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Grupo também utiliza de benefícios fiscais da Lei do Bem e Lei Rouanet.

2.8 Propriedade para investimento

Os bens classificados como propriedade para investimento são avaliados contabilmente a valor de custo e o valor justo está divulgado na Nota 12.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	30
Equipamentos eletrônicos	5
Equipamentos e instalações	12
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Esses ativos não são amortizados.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares*, sistemas, portais (*sites*) ou plataformas de informações, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* ou sistema para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* ou sistema e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* ou sistema pode ser vendido ou usado.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software* ou sistema.
- . O gasto atribuível ao *software* ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software* ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software* ou sistema.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.11 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo em "Arrendamento mercantil". Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais ativos (imóveis, rotativas e intangíveis) foram avaliados e apresentaram valor contábil inferior ao valor de realização, portanto não requer nenhum tipo de ajuste.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesse caso, a provisão é registrada sempre que uma estimativa confiável do valor possa ser computada.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que o Grupo espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos; e (c) obrigações legais são registradas como passivos.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria - contribuição definida

As empresas do Grupo participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

O Grupo tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida ("Oesprev"), as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Obrigações de aposentadoria - benefício definido

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando a tábua AT-2000. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Reconhecimento de receita

O Grupo reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

O Grupo efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato, conforme requerido pelo CPC 30 - "Receitas", sendo que os efeitos resultantes foram contabilizados no resultado de cada período.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são substancialmente baseados em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais. Se o Grupo operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis,

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seria necessário uma reversão de parte significativa do saldo de impostos diferidos ativo registrado, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva desses impostos. Conforme mencionado na Nota 11, a parcela do saldo de impostos diferidos referente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foi revertida em 2014.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

(c) Passivos contingentes

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

O Grupo não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos do Grupo proporcionam o acompanhamento de forma combinada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas do Grupo é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto, o custo do papel jornal e o conteúdo das bolsas internacionais são denominados em dólar norte-americano e alguns em euro, causando uma variação cambial de moedas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados às respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos em moeda estrangeira	6.339	8.776
Passivos em moeda estrangeira	9.357	10.876

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que o Grupo não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de *commodities*

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima dos jornais, que são considerados *commodities*. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. O Grupo conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa *commodity* não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficientes para mitigar o risco da totalidade das operações do Grupo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo está sujeito ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os *ratings* divulgados ao mercado (Nota 7).

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, o Grupo avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. O Grupo reconhece provisão para perda do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber de qualquer uma das empresas incluídas nessas demonstrações financeiras.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Até um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.421	44.169	54.444	4.386
Arrendamento mercantil	485			
Fornecedores e contas a pagar	<u>53.067</u>			
	<u>98.973</u>	<u>44.169</u>	<u>54.444</u>	<u>4.386</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	60.691	50.542	9.108	
Arrendamento mercantil	1.688	485		
Fornecedores e contas a pagar	<u>56.646</u>			
	<u>119.025</u>	<u>51.027</u>	<u>9.108</u>	

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados diretamente com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das principais dívidas e aplicações do Grupo.

<u>Dívidas e aplicações</u>	<u>Cenário</u>	<u>Receita (despesa)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Fornecedores	Aumento de 5,4% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2014 - R\$ 2,6562 versus R\$ 2,8	(334)	(334)
Debêntures	Projeção do CDI de 12,04%, comparado a 10,81% em 2014	(603)	(603)
Bancos	Aumento de 5,4% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2014 - R\$ 2,6562 versus R\$ 2,8	227	227
Aplicações financeiras	Projeção do CDI de 12,04%, comparado a 10,81% em 2014	483	483
Total do impacto estimado		<u>(227)</u>	<u>(227)</u>

4.3 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	123.453	103.501
Arrendamento mercantil	453	2.013
Menos - caixa e equivalentes de caixa	<u>(76.613)</u>	<u>(83.276)</u>
Dívida líquida	<u>47.293</u>	<u>22.238</u>
EBITDA	<u>58.342</u>	<u>63.842</u>
Coefficiente de dívida líquida/EBITDA	<u>0,81</u>	<u>0,35</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cálculo do EBITDA compreende o lucro operacional antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	76.613	83.276
Contas a receber	54.678	71.131
	<u>131.291</u>	<u>154.407</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	123.453	103.501
Fornecedores e contas a pagar	53.067	56.646
Arrendamento mercantil	453	2.013
	<u>176.973</u>	<u>162.160</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	16.862	21.659
Aplicações financeiras	59.751	61.617
	<u>76.613</u>	<u>83.276</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

7 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Em relação à qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, o Grupo considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras		
AAA (bra)	76.299	61.927
AA+ (bra)		21.260
AA (bra)	137	
BBB (bra)	126	
Caixa	51	89
	<u>76.613</u>	<u>83.276</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber de clientes	77.199	102.259
Menos - provisão para perda de contas a receber de clientes	<u>(22.521)</u>	<u>(31.128)</u>
Parcela circulante	<u>54.678</u>	<u>71.131</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	45.045	54.313
Até três meses vencidos	8.545	16.937
Acima de três meses vencidos	<u>23.609</u>	<u>31.009</u>
	<u>77.199</u>	<u>102.259</u>

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 1º de janeiro	31.128	40.080
Incorporação de controlada		385
Provisão para perda de contas a receber	1.964	105
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	<u>(10.571)</u>	<u>(9.442)</u>
Em 31 de dezembro	<u>22.521</u>	<u>31.128</u>

São considerados integralmente na provisão os títulos com vencimento acima de 90 dias, para os vencimentos inferiores e a vencer utiliza-se o percentual de perda histórica. Para clientes órgãos públicos o prazo é de 180 dias e 210 para clientes no exterior.

9 Estoques

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matérias-primas	8.184	10.536
Importação em trânsito	583	1.886
Outros materiais	<u>545</u>	<u>662</u>
	<u>9.312</u>	<u>13.084</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Impostos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ e CSLL - antecipações	2.208	812
IRPJ e CSLL - retidos na fonte	5.563	5.173
PIS e COFINS	1.470	2.114
IPI e outros	<u>1.342</u>	<u>654</u>
	<u>10.583</u>	<u>8.753</u>
Parcela não circulante	<u>(1.607)</u>	<u>(1.607)</u>
Parcela circulante	<u>8.976</u>	<u>7.146</u>

11 Impostos diferidos

As empresas utilizam a sistemática do lucro real e calculam e registram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização.

A realização dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias depende da realização das provisões e de outras diferenças temporárias, sem período definido.

Em 2014, a administração do Grupo revisou suas estimativas de geração de lucro tributável e efetuou a baixa contábil (impairment) da totalidade dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, anteriormente registrados na S.A. “O Estado de S. Paulo”.

Em 31 de dezembro de 2014, as empresas OESP Mídia S.A. e Rádio Eldorado Ltda. possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, não registrados, que somados às diferenças temporárias, correspondiam a créditos tributários potenciais de R\$ 30.283 (2013 - R\$ 63.668), no saldo de 2013 estava contemplada também a OESP Participações S.A. que foi incorporada pela OESP Mídia S.A. em 30 de dezembro de 2014. Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) de cada uma das empresas e não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo fato dessas empresas não apresentarem histórico de lucro tributável como também perspectiva de realização.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Reconciliação da despesa de imposto
de renda e contribuição social**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.932	25.327
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	<u>(5.757)</u>	<u>(8.611)</u>
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Efeito relativo aos juros sobre o capital próprio	152	544
Equivalência patrimonial	(200)	(301)
Diferenças permanentes	<u>460</u>	<u>10</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(5.345)</u>	<u>(8.358)</u>
Corrente	(9.721)	(11.411)
Diferido	<u>4.376</u>	<u>3.053</u>
	<u>(5.345)</u>	<u>(8.358)</u>
Taxa efetiva - %	32	33

**(b) Composição dos saldos de
impostos diferidos**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízos fiscais de imposto de renda		23.225
Bases negativas de contribuição social		13.302
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	8.515	7.925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.688	6.373
Outras provisões temporárias	<u>14.943</u>	<u>21.022</u>
	<u>30.146</u>	<u>71.847</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos impostos diferidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 1º de janeiro	71.847	68.001
Efeito no resultado do exercício:		
Constituição - prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (OESP Mídia e OESP Participações S.A. (*))	34.749	3.846
Baixa por impairment (S.A. "O Estado de S. Paulo")	(34.749)	
Variação diferenças temporárias	2.936	
Outras movimentações:		
Compensação com saldos de REFIS (Nota 17)	(44.637)	
Em 31 de dezembro	<u>30.146</u>	<u>71.847</u>

(*) Incorporada pela OESP Mídia em dezembro de 2014.

12 Propriedade para investimento

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Terrenos e salas comerciais	6.664	6.672
	<u>6.664</u>	<u>6.672</u>

A propriedade para investimento refere-se a um imóvel composto por 4 (quatro) lotes de terrenos sem benfeitorias, localizado em Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo e dois imóveis locados, um em Brasília e outro em Porto Alegre.

O valor justo do imóvel localizado em Santana de Parnaíba foi avaliado em R\$ 77.913, conforme laudo preparado por empresa especializada em 2013. A administração não identificou indicativos de desvalorização do ativo em 2014.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos eletrônicos</u>	<u>Equipamentos e instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total do imobilizado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.543	5.858	10.330	40.819	5.348	930	67.828	23.481	91.309
Aquisição		63	286	1.048		23	1.420	19.627	21.047
Baixas líquidas	(1)		(2)	(29)	(663)		(695)		(695)
Transferências (*)		241	3.562	4.981		299	9.083	(31.031)	(21.948)
Depreciação		(287)	(3.622)	(6.649)	(1.264)	(159)	(11.981)		(11.981)
Combinação de negócios	40		100	551		45	736		736
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.582	5.875	10.654	40.721	3.421	1.138	66.391	12.077	78.468
Custo total	4.582	26.945	121.280	225.527	7.036	13.717	399.087	12.077	411.164
Depreciação acumulada		(21.070)	(110.626)	(184.806)	(3.615)	(12.579)	(332.696)		(332.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.582	5.875	10.654	40.721	3.421	1.138	66.391	12.077	78.468
Aquisição			230	1.222		165	1.617	19.639	21.256
Baixas líquidas					(73)	(17)	(90)		(90)
Transferências (*)		706	1.864	2.385		(58)	4.897	(19.710)	(14.813)
Depreciação		(436)	(3.472)	(7.707)	(1.096)	(184)	(12.895)		(12.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.582	6.145	9.276	36.621	2.252	1.044	59.920	12.006	71.926
Custo total	4.582	27.577	122.594	229.195	6.827	13.539	404.314	12.006	416.320
Depreciação acumulada		(21.432)	(113.318)	(192.574)	(4.575)	(12.495)	(344.394)		(344.394)
Valor Residual	4.582	6.145	9.276	36.621	2.252	1.044	59.920	12.006	71.926

(*) Inclui transferências entre imobilizado e intangível.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, certos empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado, conforme descrito na nota de debêntures (Nota 16).

Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2014 totalizam R\$ 453 (2013 - R\$ 2.013). Os bens objeto do arrendamento correspondem a equipamentos de informática e possuem prazo de três anos.

As operações de arrendamento mercantil financeiro mantidas pelo Grupo estão reconhecidas nos saldos patrimoniais.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Softwares</u>	<u>Desenvolvimento e implementação de sistemas</u>	<u>Desenvolvimento e implementação de portais (sites)</u>	<u>Desenvolvimento de plataformas de informações</u>	<u>Total do intangível</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>755</u>	<u>1.407</u>	<u>12.963</u>	<u>5.179</u>	<u>4.654</u>	<u>24.958</u>
Aquisição		131				131
Transferências (*)		711	3.091	1.246	16.900	21.948
Amortização		(354)	(4.855)	(1.973)	(3.632)	(10.814)
Combinação de negócios	<u>45</u>		<u>32</u>			<u>77</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>800</u>	<u>1.895</u>	<u>11.231</u>	<u>4.452</u>	<u>17.922</u>	<u>36.300</u>
Custo total	800	5.481	33.333	13.825	23.727	77.166
Amortização acumulada		<u>(3.586)</u>	<u>(22.102)</u>	<u>(9.373)</u>	<u>(5.805)</u>	<u>(40.866)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>800</u>	<u>1.895</u>	<u>11.231</u>	<u>4.452</u>	<u>17.922</u>	<u>36.300</u>
Aquisição		110				110
Baixa					(96)	(96)
Transferências (*)	(42)	40	1.402	1.820	11.537	14.757
Amortização		<u>(484)</u>	<u>(4.038)</u>	<u>(1.676)</u>	<u>(5.817)</u>	<u>(12.015)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>758</u>	<u>1.561</u>	<u>8.595</u>	<u>4.596</u>	<u>23.546</u>	<u>39.056</u>
Custo total	758	5.614	34.682	15.645	35.165	91.864
Amortização acumulada		<u>(4.053)</u>	<u>(26.087)</u>	<u>(11.049)</u>	<u>(11.619)</u>	<u>(52.808)</u>
Valor residual	<u>758</u>	<u>1.561</u>	<u>8.595</u>	<u>4.596</u>	<u>23.546</u>	<u>39.056</u>

(*) Transferências do ativo imobilizado para o intangível.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros ao ano - %</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Nacionais				
FINEP	TJLP	4	11.455	14.381
FINEP	TJLP	5	<u>21.516</u>	
			32.971	14.381
Parcelas vencíveis a curto prazo			<u>(3.392)</u>	<u>(2.942)</u>
Parcelas vencíveis a longo prazo			<u>29.579</u>	<u>11.439</u>

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro de 2014:

<u>Vencimento das parcelas a longo prazo</u>	<u>Em moeda nacional</u>	<u>Percentual</u>
2016	5.873	19
2017	7.543	26
2018	7.300	25
2019	4.624	16
2020	<u>4.239</u>	<u>14</u>
	<u>29.579</u>	<u>100</u>

(b) Movimentação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	14.381	17.310
Captação	21.440	
Amortização	(4.335)	(3.586)
Juros e variação cambial	<u>1.485</u>	<u>657</u>
Saldo no fim do exercício	<u>32.971</u>	<u>14.381</u>

16 Debêntures

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 1º de janeiro	89.120	143.418
Custo de repactuação	(1.069)	
Amortização	(9.656)	(68.616)
Juros	<u>12.087</u>	<u>14.318</u>
Em 31 de dezembro	<u>90.482</u>	<u>89.120</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Terceira emissão de debêntures

Em dezembro de 2011, a S.A. “O Estado de S.Paulo”, na qualidade de emissora, e o Banco Bradesco BBI S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A operação totalizou R\$ 150.000, em uma série única.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculados e divulgados pela CETIP (taxa DI), acrescidos de juros de 2,98% ao ano até junho de 2014 e posterior juros de 2,2% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento (base 252 dias úteis), que se estende até o mês de junho de 2017. Em 2014, houve aditamento do contrato que posterga o pagamento das parcelas, altera o percentual de remuneração e também as empresas garantidoras.

As debêntures estão sujeitas ao cumprimento de certos índices financeiros (*covenants*), como (i) dívida líquida máxima limitada a R\$ 180.000; e (ii) quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ser inferior ou igual a 1,75.

(b) Garantias - Terceira emissão

A OESP Participações S.A. (incorporada pela OESP Mídia S.A.), OESP Mídia S.A. e Agência Estado S.A., na qualidade de intervenientes garantidoras da liquidação das debêntures, obrigam-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

Hipoteca - a S.A. “O Estado de S.Paulo” constitui uma hipoteca em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, sobre imóveis de sua propriedade, localizados na Avenida Professor Celestino Bourrol, 100 e na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55.

O Grupo atendeu a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

17 Programa de parcelamento fiscal

Em 2011, o Grupo efetuou a consolidação dos débitos, cumprindo de fato todas as formalidades previstas na legislação e estão assim resumidos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 1º de janeiro	69.875	73.633
Atualização monetária	3.540	4.856
Pagamentos efetuados	(24.551)	(9.306)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL conforme lei 13.043/2014 (Nota 11(c))	(44.637)	
Combinação de negócios		692
	<u>4.227</u>	<u>69.875</u>
Em 31 de dezembro	(693)	(6.457)
Circulante		
Não circulante	<u>3.534</u>	<u>63.418</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores do Grupo totalizaram R\$ 11.392 em 2014 (2013 - R\$ 8.004)

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) no programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 22). O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

19 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	2014			2013		
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Montante provisionado</u>	<u>Passivo líquido</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Montante provisionado</u>	<u>Passivo líquido</u>
Tributários		(97)	(97)		(86)	(86)
Cíveis e lei de imprensa	1.264	(5.223)	(3.959)	1.271	(5.004)	(3.733)
Trabalhistas	12.208	(25.132)	(12.924)	11.699	(23.808)	(12.109)
	<u>13.472</u>	<u>(30.452)</u>	<u>(16.980)</u>	<u>12.970</u>	<u>(28.898)</u>	<u>(15.928)</u>
Parcela circulante			6.910			2.050
Parcela não circulante			<u>(10.070)</u>			<u>(13.878)</u>

Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se aos processos que possuem provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo total de depósito judicial é de R\$ 84.522 (2013 - R\$ 77.411)

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tributários		
Em 1º de janeiro	(86)	(1.184)
(Adições)/baixas, líquidas	<u>(11)</u>	<u>1.098</u>
Em 31 de dezembro	<u>(97)</u>	<u>(86)</u>
Cíveis e lei de imprensa		
Em 1º de janeiro	(5.004)	(5.264)
(Adições)/baixas, líquidas	<u>(219)</u>	<u>260</u>
Em 31 de dezembro	<u>(5.223)</u>	<u>(5.004)</u>
Trabalhistas		
Em 1º de janeiro	(23.808)	(25.971)
Incorporação de controlada		(1.154)
(Adições)/baixas, líquidas	<u>(1.324)</u>	<u>3.317</u>
Em 31 de dezembro	<u>(25.132)</u>	<u>(23.808)</u>

As principais movimentações ocorridas são as seguintes:

(i) Contingências tributárias

Em 2013, houve a adesão da OESP Mídia ao Programa Especial de Parcelamento, sendo baixada a provisão de ICMS de R\$ 957.

(ii) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material.

(iii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam R\$ 183.461 em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 158.736), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais valores, envolvidos no montante do combinado, referem-se a:

- . ISSQN não recolhido no prazo regulamentar (serviços considerados como imunes) - R\$ 73.743;
- . A Receita Federal não localizou pagamentos informados na DCTF e gerou auto de infração. Os DARFS não localizados pela fiscalização estavam devidamente recolhidos e localizados pela empresa, a qual retificou a DCTF e apresentou impugnação - R\$ 29.180;
- . Não recolhimento de ICMS, no período de agosto a dezembro de 2003, considerado como operações não tributadas - R\$ 5.937;
- . Autuação referente exclusões declaradas como perda de crédito de PCLD, no ano-calendário de 2005. Entendimento que parte desses valores já estavam decaídos - R\$ 1.709;
- . Processo cível de indenização por doença funcional - R\$ 2.234;
- . Processo cível de indenização por ter sofrido acidente de trabalho, acusando a empresa de não comunicar o acidente à seguradora e sonegar informações ao autor - R\$ 4.481;
- . Processo cível de indenização por danos morais, decorrentes de matérias veiculadas nos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde - R\$ 5.300;
- . Processos cíveis referentes a terceirização x franquizados- R\$15.818;

(d) Depósitos judiciais

São compostos por depósitos para recursos classificados no ativo e referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas, cíveis e de lei de imprensa, que foram depositados judicialmente e consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

20 Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes no montante de R\$ 37.529 em 2014 (2013 - R\$ 52.767), referem-se aos recebimentos de assinaturas, cujo exemplares ainda não foram entregues, e contratos antecipados de publicidade.

21 Patrimônio líquido

(a) Composição

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
S.A. "O Estado de S.Paulo" (consolidada)	53.889	68.555
Agência Estado S.A.	16.051	
OESP Empreendimentos e Participações S.A.	<u>6.383</u>	
	<u>76.323</u>	<u>68.555</u>
Ajustes de eliminações e resultados não realizados	<u>(1.872)</u>	<u>(5.397)</u>
Patrimônio líquido combinado	<u><u>74.451</u></u>	<u><u>63.158</u></u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras do Grupo, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício - S.A. "O Estado de S.Paulo"	9.419	15.341
Lucro líquido do mês de Dez/14 - Agência Estado S.A.	1.672	
Base de cálculo do dividendo	<u>11.091</u>	<u>15.341</u>
Dividendo proposto - 25%	<u>2.773</u>	<u>3.835</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	2.840	4.076
Efeito tributário sobre o juros sobre capital próprio	<u>(67)</u>	<u>(241)</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos	<u>2.773</u>	<u>3.835</u>

(c) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. Em 2014, a reserva legal foi reduzida na proporção da redução do capital social da S.A. "O Estado de S. Paulo".

A reserva de retenção de lucros corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal e da proposta de distribuição dos dividendos, visa, principalmente: (i) atender aos planos de investimentos e de modernização; e (ii) reforço do capital de giro dado as obrigações já contratadas. Em 2014, o montante de R\$ 19.000 foi utilizado para aumento de capital social.

22 Benefício pós-emprego

(a) Contribuição definida

O Grupo, como copatrocinador do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu R\$ 2.444 em 2014 (2013 - R\$ 2.144).

(b) Benefício definido

O Grupo concede planos de aposentadoria de benefício definido e em alguns casos oferece também assistência médica. Os custos dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários e acionistas são determinados pelo método de benefício projetado pro rata sobre o serviço e também considerando as melhores expectativas da administração sobre tendências de custo e idade dos participantes.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos no balanço patrimonial são os seguintes:

Valor presente das obrigações pós-emprego

	2014	2013
Acionistas	15.666	21.141
Ex-empregados	8.196	8.128
Total	23.862	29.269
(-) Parcela do circulante	(3.499)	(5.025)
Parcela não circulante	<u>20.363</u>	<u>24.244</u>

O valor das obrigações é calculado por atuários independentes com base na tábua AT-2000 e considera a taxa de desconto de 11,8% a.a., taxa de inflação de 5,2% a.a., fator de capacidade 0,978 e índice de inflação para o reajuste do benefício com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

	2014	2013
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão	<u>3.167</u>	<u>2.873</u>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente, sem considerar efeitos tributários	(3.589)	(2.513)
Efeito tributário	<u>1.220</u>	<u>855</u>
(Ganho)/perda atuarial, líquido de imposto	<u>(2.369)</u>	<u>(1.658)</u>
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	<u>326</u>	<u>2.695</u>

O Grupo opera planos de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário aposentado.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	29.269	33.428
Custo financeiro	3.167	2.873
Remensurações atuariais	(3.609)	(2.512)
Benefícios pagos	(4.965)	(4.617)
Combinação de negócios (Rádio)		97
Em 31 de dezembro	<u>23.862</u>	<u>29.269</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são apenas de perda financeira líquida.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Percentual	
	2014	2013
Taxa de desconto	11,8	11,8
Taxa de inflação	5,2	5,2
Aumentos salariais futuros	5,2	5,2
Aumentos de planos de pensão futuros	5,2	5,2

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade pós-aposentadoria AT 2000 Básica.

A análise de sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	1%	1.067	(1.172)
Expectativa de vida	1 ano	(1.065)	

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Em decorrência de seus planos de pensão de benefício definido, o Grupo está exposto a uma série de riscos, sendo que os mais significativos deles estão detalhados abaixo:

- (i) Risco de inflação - Algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação).
- (ii) Expectativa de vida - A maior parte das obrigações dos planos consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 5,72 anos.

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise dos vencimentos futuros esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1-2 anos</u>	<u>Entre 2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	<u>3.827</u>	<u>3.682</u>	<u>9.997</u>	<u>12.495</u>	<u>30.001</u>
	<u>3.827</u>	<u>3.682</u>	<u>9.997</u>	<u>12.495</u>	<u>30.001</u>

23 Receita líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	704.685	770.812
Deduções de vendas	<u>(103.126)</u>	<u>(113.871)</u>
Receita líquida	<u>601.559</u>	<u>656.941</u>

24 Custos e despesas por natureza

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matéria-prima	68.205	91.947
Despesas com pessoal	212.424	235.413
Despesas com pessoal - permuta	189	299
Serviços de terceiros	115.172	118.089
Despesas assistenciais	10.831	8.335
Despesas assistenciais - permuta	821	2.395
Promoção e propaganda	17.048	19.259
Promoção e propaganda - permuta	12.290	17.856
Depreciações e amortizações	24.910	22.796
Fretes e carretos	57.565	56.791
Despesas com comissões e bonificações	14.336	24.864
Locação de veículos	3.614	2.783
Aluguéis de edifício, máquinas e equipamentos	4.075	4.522
Viagens	5.522	4.471
Comunicações	4.736	3.978
Hardware e <i>software</i>	6.194	3.677
Despesas com utilidades (água, energia, gás, esgoto)	5.742	5.650
Materiais	1.243	2.135
Expurgo inflacionário do plano Collor		(6.514)
Receitas extraordinárias	(3.837)	(7.666)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.964	105
Outras despesas (receitas)	1.113	3.276
Outras despesas - permuta	<u>3.970</u>	<u>1.433</u>
	<u>568.127</u>	<u>615.894</u>

Grupo Estado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Resultado financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.938)	(14.977)
Outras despesas financeiras	<u>(6.081)</u>	<u>(5.896)</u>
	<u>(20.019)</u>	<u>(20.873)</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	7.331	8.038
Outras receitas financeiras	<u>1.908</u>	<u>2.253</u>
	<u>9.239</u>	<u>10.291</u>
Variações cambiais e monetárias		
Variação cambial e monetária sobre outros ativos e passivos	<u>(5.139)</u>	<u>(4.234)</u>
	<u>(5.139)</u>	<u>(4.234)</u>
	<u>(15.919)</u>	<u>(14.816)</u>

26 Cobertura de seguros

O Grupo mantém cobertura de seguros em 2014 no montante de R\$ 585.710 (2013 - R\$ 586.410), considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

* * *

Conselho de Administração

Walter Fontana Filho - Presidente

Fernando Crissiuma Mesquita

Fernão Lara Mesquita

Francisco Mesquita Neto

Getulio Luiz de Alencar

Júlio César Ferreira de Mesquita

Diretoria

Francisco Mesquita Neto - Diretor Presidente

Jorge Casmerides

Ricardo Gandour

Francisco Antonio Valladares Camiña

Diretor de Controladoria

CRC 1SP222485/0-5